

## **MANIFESTO AO SENADO FEDERAL**

As entidades infrafirmadas, preocupadas com a urgência da crise sanitária e econômica que assola o povo brasileiro, vêm requerer deste Senado Federal a aprovação imediata do auxílio emergencial e das condições para a oferta pública e gratuita de vacinas contra a Covid-19, com agilidade e para toda a população.

Entendemos que tais pautas devem ser apreciadas e aprovadas com prioridade, destacadas de quaisquer outras discussões neste parlamento, principalmente do debate referente à “PEC emergencial”, que merece reflexões amplas em conjunto com diversos atores sociais em razão das profundas alterações propostas. Neste cenário, antes de qualquer pauta, o Congresso Nacional deve se comprometer com aplacar a fome e a miséria a que estão submetidos as brasileiras e os brasileiros.

O ano de 2021 permanece marcado pela pandemia, pela morte de quase 250 mil brasileiras e brasileiros acometidos pela COVID-19 e pela opção do governo federal em não reconhecer a gravidade da situação e sem adotar medidas diretas e eficazes no enfrentamento da crise.

É a presente manifestação das entidades infrafirmadas para requerer do Senado Federal que não seja apreciada a Proposta de Emenda à Constituição denominada como “PEC Emergencial” nesta semana e de forma açodada em razão de conter dispositivos restritivos de direitos conquistados pela classe trabalhadora no serviço público.

Será imprescindível a análise e construção transparente de textos alternativos para evitar ofensa a direitos e para preservar o patamar de civilidade alcançado desde o texto constitucional de 1988.

O restabelecimento do auxílio emergencial para as pessoas que enfrentam ainda maiores dificuldades em decorrência da pandemia não pode ser objeto de troca por restrição de direitos para outros trabalhadores e trabalhadoras do país e servir de justificativa para o sucateamento dos serviços públicos.

Por isso, as entidades que assinam este manifesto afirmam a sua disposição de avançar na construção de um debate amplo, profundo, responsável e transparente através do qual sejam fortalecidos os serviços públicos e o Estado brasileiro.

Brasília, 23 de fevereiro de 2021

---

CUT – Central Única dos Trabalhadores

---

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

---

Força Sindical

---

UGT – União Geral dos Trabalhadores

---

NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

---

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

---

CSP – Conlutas Central Sindical e Popular

---

CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

---

CONTAR – Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais

---

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

---

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

---

SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho

---

ASFOC SN – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fundação Oswaldo Cruz

---

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

---

ASSIBGE SN – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE

---

FENASPS – Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social

---

Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - Seção/SP

---

Associação dos Servidores dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar